

1

1 **ATA DA REUNIÃO DO DIA 16 DE MAIO DE 2024 DO CONSELHO ESTADUAL DOS**
2 **POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ – CEPI/PR**

3

4 Ao décimo sexto dia do mês de Maio de dois mil e vinte e quatro, às nove e vinte e
5 quatro da manhã, reuniram-se ordinariamente no Palácio das Araucárias Conselheiros
6 (as) titulares e suplentes do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI/PR,
7 Sociedade Civil e Poder Público, Convidados e Ouvintes. **Participantes: Conselheiros**
8 **da Sociedade Civil:** Anderson da Silva/Etnia Xetá (suplente); Angelo Kävigtánh
9 Rufino/Etnia Kaingán (titular); Everton Cipriano/Etnia Kaingang (titular); Everton
10 Lourenço/Etnia Guarani (titular); Silas Ubirajara Donato de Oliveira/Etnia Kaingang
11 (suplente); Eloy Jacintho/Etnia Guarani (titular); Celio Timoteo/Etnia Guarani (suplente);
12 Valdemar Kehunh Cassemiro da Silva/Etnia Kaingang (titular); Miguel Alves/Etnia
13 Kaingang (titular). **Conselheiros Governamentais:** Josieli Andrea Spenassatto/SEEC
14 (titular); Dulcinéia Galliano Pizza/SETI (titular); Miriam Fuckner/SEAB (titular); Rosane
15 Souza Freitas/SESA (suplente); Sauri Pafej Manoel Antonio/FUNAI (titular); Melissa
16 Colbert Bello/SEED (titular); Silvana de Melo Ribas/SEED (suplente); Silberto
17 Cardoso/SEDEF (titular); Felipe Kamaroski/SEMIPI (suplente); Claudir
18 Nowotny/SUDIS/CC (suplente); Alex Justus da Silveira/SEDEST (titular); Leonardo
19 Bueno Carneiro/SESP (suplente); Elizabeh Massias/SEJU (titular).
20 **Convidados/Ouvintes:** Sueli (CUIA ESTADUAL); Lara Frutos Gonzales (CUIA
21 ESTADUAL); Juliane S. (CUIA ESTADUAL); Janete Ritter (UNIOESTE); Schirle
22 Margaret dos Reis Branco (IAT/DIPAN/GEAP); Giulia B. (IAT/DIPAN/GEAP); Rodnei
23 Lopes (SEMIPI); Ge Figueiredo (estagiária – SEMIPI); Marcia A. Kulcheski (SEMIPI);
24 Luiz Antonio M. Neto (COHAPAR); Luciana P. da Silva (FUNAI); Celso Ricardo Tomaz
25 (SEMIPI); Reginaldo Prybecz (SANEPAR); Ana Caroline (Comissão Guarani Yvyrupa);
26 Hayanne Iovanovitch (SEMIPI). **Secretária Executiva:** Taise Alessandra Passos.
27 Iniciada a sessão, a secretária executiva realiza a primeira chamada. Com quórum
28 atingido, iniciam-se os trabalhos da plenária pelo vice-presidente Miguel Alves, que dá
29 as boas-vindas e passa a palavra para a Secretária Executiva. A **Secretária**
30 **Executiva/Taise** relembra as pautas vencidas no dia anterior e cita que se alguém tiver
31 questionamentos, este é o momento de realizar. É necessário que escolham o relator
32 da câmara de direitos humanos, pois isso não foi feito no dia anterior. Realiza a leitura

2
3
4

33 das pautas do dia, questiona se alguém quer realizar algum informe. Sem
34 considerações. **Pauta 8:** Reorganização das provas do Vestibular dos Povos Indígenas
35 do Paraná. **Discussão: Dulcineia/SETI:** realiza o relato sobre o vestibular indígena, e
36 diz que em determinado momento algumas alterações serão realizadas, mas não seria
37 agora. Comentou sobre a estudante indígena que encaminhou um áudio de quarenta e
38 quatro segundos dizendo que iriam tirar a prova oral. Esse áudio estava fora de
39 contexto, pois estavam dialogando para agendar uma reunião, e por volta das doze
40 horas as lideranças do Paraná todo estavam sabendo. Estavam pensando em
41 conversar em uma reunião em Londrina dia vinte e três e vinte e quatro, e isso foi uma
42 infeliz colocação de uma estudante ingênua, pois pegar uma fala de um grupo de
43 pessoas que trabalha em prol de uma causa e tirar do contexto para enviar o áudio, ela
44 não estaria ajudando a ela mesma e nenhum deles. Imediatamente a SETI se
45 posicionou que não haverá mudança no vestibular indígena de dois mil e vinte e quatro,
46 terá prova oral, com a coordenação da UNIOESTE. Relata que as professoras estão
47 presentes para sanar dúvidas, sairá o vestibular como sempre saiu, mas é necessário
48 haver algumas conversas, pois há dois protocolos pelo MP determinando que deverá
49 haver conversa com a comunidade indígena sobre o vestibular. Pensaram em agosto
50 no encontro comemorativo dos vinte anos da CUIA, na 2º (segunda) quinzena de
51 agosto na cidade de Guarapuava, estão organizando para que a comunidade que irá
52 comparecer tenha custeio e consigam ir para que seja realizada uma consulta com a
53 presença do MP, mas também será um ambiente festivo. **Felipe/SEMIPI:** questiona
54 quais os pedidos do MP. **Dulcineia/SETI:** cita o conteúdo pedido: a verificação da
55 prova oral, se é coerente com as necessidades da comunidade. **Juliane/CUIA:** realiza
56 a leitura sobre as denúncias dos estudantes indígenas feitas ao MPF, o primeiro
57 quesito é o problema da carta de anuência, e o segundo quesito é que durante o ano
58 de dois mil e vinte e quatro façam a conversa com as lideranças do estado para
59 repensarem como será organizado o vestibular a partir de dois mil e vinte e cinco.
60 Afirmou a posição da SETI para que não haja mudanças para o vestibular dois mil e
61 vinte e quatro, e reforça que não haverá mudanças sem que as lideranças sejam
62 consultadas com a presença do MP. Houve um distúrbio de comunicação de pessoas
63 que não entendem os vinte e três anos da prova de vestibular, essa política foi
64 construída com e pelas lideranças indígenas. Na época de construção foi feita uma

65 discussão para a prova ser regionalizada, há pessoas em todos os âmbitos que
66 defendem que a prova oral tem ou não aplicabilidade, devido a isso, não compete a
67 CUIA tomar essa decisão. O MP protocola que devem rediscutir os critérios do
68 vestibular dos indígenas do Paraná, mas não será feito isso sem as lideranças - a SETI
69 deve viabilizar esse encontro. Diz que estão para colocar isso para o conselho e terão
70 discussões com as lideranças para o vestibular de dois mil e vinte e cinco, mas para
71 dois mil e vinte e quatro não haverá alterações. A SETI já deu o parecer pois está
72 determinado na plataforma orçamentária. As lideranças indígenas tomarão essa
73 decisão em conjunto com a CUIA e convidarão o conselho, pois todos trabalham com o
74 mesmo objetivo. Fica em nome da CUIA que estão para melhorar o processo, não para
75 tirar direito de ninguém, quanto mais estudantes indígenas nas universidades melhor
76 elas se constituem, tudo está registrado e deixa a disposição de todos. **Miguel/Etnia**
77 **Kaingang:** cita que recebeu muitas ligações com relação a prova oral, há indígenas
78 com dificuldade por não falar a língua, mas que não irão tirar a prova oral. Agora, se
79 tem alunos que não aprenderam a falar, isso não vai ser o problema para tirar a prova
80 oral. A carta de anuência às lideranças tem que ter o máximo de cuidado com relação a
81 isso, pois já tiveram problemas com relação a carta de anuência onde vários caciques
82 assinaram para pessoas que não moram em TI, mas essa questão terão que discutir
83 com o MP, pois mesmo não morando na TI não deixa de ser indígena. Isso deve ser
84 acertado na reunião. Há várias situações de exigência do MP, em que os caciques
85 veem de uma forma e o MP vê de outra, então é melhor discutir as questões para ver o
86 que pode ser feito. **Ângelo/Etnia Kaingang:** diz que não é bom para essas pessoas
87 que não estão falando a língua. **Miguel/Etnia Kaingang:** a prova oral não deve ser
88 tirada pois é um dos pontos que identifica e diferencia um vestibular indígena.
89 **Juliane/CUIA:** são quatro requisitos fundamentais que devem ser discutidos esse ano,
90 a evasão é a grande pergunta estatal, por conta do orçamento. **Miguel/Etnia**
91 **Kaingang:** se as lideranças dão a carta, eles têm a obrigação de fazer com que essas
92 pessoas participem, a ponto de responsabilizar as lideranças. **Eloy/Etnia Guarani:** diz
93 com relação a essa situação acha que ficou esclarecido, mas o mês de agosto será
94 lotado e os caciques precisam estar cientes que as questões serão todas tratadas em
95 agosto. Devem repensar esses momentos, frisou a importância de ter mais momentos
96 de presença das lideranças em demandas das comunidades indígenas. Ficou

97 esclarecido que o encontro será importante e necessário, mas defasado. Talvez por
98 esse motivo estejam nessa questão de não entender ou saber as questões do
99 vestibular indígena, pautas como essa que o MP sugere é somente sugestão, a pauta
100 mais importante tem que nascer da demanda das lideranças. A construção do
101 vestibular especificamente foi demandada pelas lideranças de base que muitas vezes
102 não tiveram acesso ao ensino básico, mas entenderam que a universidade deve ser
103 ocupada por indígenas. Quando se depararam com a questão da prova oral já se
104 comunicaram e entenderam toda a situação, o Everton Cipriano teve um papel
105 importante para mandar as mensagens direcionadas a onde estava surgindo a
106 conversa. Na questão do recurso a CUIA tem que ter na cabeça que não é de agora
107 que são coagidos pelo orçamento, os financiadores desse processo são os próprios
108 indígenas, não a SETI ou o estado, esse recurso é deles, o direito é deles e a política é
109 deles. Precisam evoluir nisso também, o conselho é a prova viva de que cansaram de
110 esperar e ser falado por pessoas não indígenas que não sabem muito sobre a
111 realidade deles, chegou a hora dos povos indígenas falarem por eles. Desde o 1º
112 (primeiro) vestibular que começou com indígenas chegando na universidade ganhando
113 bolsa de cinquenta a duzentos e cinquenta reais para morar em outros municípios, até
114 quando isso irá assombrar os povos indígenas. Quem está promovendo essas bolsas
115 não sabe a realidade das cidades, pois é impossível para tratar como estão sendo
116 tratados. A política tem que observar as especificidades ou não é um vestibular
117 indígena, gente que não estudou e não teve acesso, que discutiu e mandaram seus
118 filhos e seus netos para serem recepcionados na universidade, que se diz universal, se
119 é universal então respeitem as diferenças, o modo de vida, entendam o que é um
120 indígena sair do seu território com a dificuldade de falar português e do dia pra noite
121 tem que aprender a pegar um ônibus, aprender a andar pela cidade. Curitiba não aceita
122 eles venderem balaio no sinal, Curitiba se incomoda com a presença indígena no sinal,
123 vendendo seu balaio, seu artesanato. Não é capaz de criar uma política de estado
124 dentro da capital para que cheguem com dignidade com seus artesanatos e cultura, em
125 um espaço onde se produz conhecimento é obrigação pensar diferente, pensar
126 qualidade, pensar melhoria respeitando o modo de vida e a importância do
127 conhecimento indígena, pois estão trazendo muito conhecimento para universidade, só
128 em seu território foram quatro universidades pesquisar, estão produzindo conhecimento

129 desde sempre. Eles financiam o vestibular indígena. **Everton/Etnia Kaingang:** reforça
130 que os financiadores são eles, mas em contrapartida veem das CUIAS a falta de
131 acolhimento, principalmente para o indígena permanecer na universidade. Não há
132 estrutura alguma de permanência indígena nas universidades, as pessoas que estão
133 dentro da universidade deixam a desejar, pois não estão preparados, não conseguem
134 permanecer com indígenas lá. Muitas vezes os indígenas não tem boa comunicação
135 em português, é diferente dependendo das aldeias que já conversam mais em
136 português, a CUIA deve procurar uma política de permanência para esses estudantes,
137 eles saem cru da universidade, só com conhecimento técnico, o aluno tem que ser
138 preparado para a volta. Everton diz ser um acadêmico da UFPR, onde estão na batalha
139 para levantar mais vagas para indígenas na pós-graduação, mais vagas para o
140 vestibular indígena, não adianta querer mudar a política se não conseguem nem
141 colocar os alunos na universidade, tem que aumentar as vagas. Falta a CUIA com eles,
142 e cita que existe pessoas ali que não tem o trabalho voltado para as questões
143 indígenas, se os indígenas são os financiadores, a consulta tem que chegar até eles,
144 se não chegar como que vão fazer? Criar uma política do nada? Tem que estabelecer
145 que é o indígena que tem que fazer isso. Tem seis universidades estaduais e só três
146 estão recebendo indígenas na pós-graduação, questiona por que as outras não estão
147 fazendo o seu papel. **Pauta 9:** Escolas Indígenas/Educação Escolar Indígena.
148 **Miguel/Etnia Kaingang:** explica a pauta pois foi proposta por ele. A preocupação das
149 lideranças é sobre a evasão escolar, na região deles tem algumas escolas que ainda
150 não tem o ensino médio e isso está causando evasão escolar, alguns alunos vão para
151 escolas em outros municípios e outros acabam desistindo. Alguns municípios ainda
152 tem preconceito com relação aos alunos que estudam fora do território, quando os
153 alunos estão no 8º (oitavo) ano querem reprovar para permanecer dentro das escolas
154 indígenas, porque não querem ir para fora e muitos que vão acabam desistindo e
155 param de estudar. O pedido é para protocolar um documento para conseguirem manter
156 o ensino médio em todas as escolas indígenas do paraná. **Silvana/SEED:** é uma
157 demanda geral e é importante que relatem essas demandas da comunidade, para que
158 isso conste em documentos oficiais, quanto mais reivindicarem, mais tem condições de
159 alinhar. O caminho é realizarem os encaminhamentos necessários e que acredita que
160 se de fato identificam como uma grande necessidade devem continuar com a

161 reivindicação para efetivar a política. **Miguel/Etnia Kaingang:** enfatiza que é uma
162 grande necessidade, as questões vêm sendo discutidas no grupo de caciques, que tem
163 várias situações de demanda escolar nas terras indígenas. Tem o ensino infantil (pré 1
164 e 2), mas não tem mobiliário para o ensino infantil e os alunos se sentam em cadeira
165 normal. Com relação aos serviços gerais, quando roda demanda das escolas normais
166 roda demanda das escolas indígenas, mas não tem como comparar, as realidades são
167 diferentes, Rio das Cobras vê o sofrimento dos agentes um e dois, fornece o mínimo do
168 mínimo, a educação do estado para os indígenas não está boa. Tem escolas indígenas
169 que não tem auxiliares para nenhum ano. Há muita dificuldade com alunos especiais
170 pois não tem intérprete. **Angelo/Etnia Kaingang:** em sua aldeia a maioria vai para o
171 município, mas não há transporte adequado. Com relação aos serviços gerais
172 comparam a escola indígena com as escolas da cidade, e é muito diferente. Falta
173 pessoal e recurso. **Miguel/Etnia Kaingang:** afirma que nenhuma TI tem creche, o
174 conselho tem que levar essa demanda pois tem muita criança e mãe necessitando do
175 serviço. **Felipe/SEMIPI:** sugere sair um ofício pelo conselho para os municípios
176 coletando informações, cronograma de transportes, número de pessoas inscritas nas
177 creches, onde estão essas creches para termos um dado oficial para trabalhar.
178 **Miguel/Etnia Kaingang:** o ensino infantil seria dever do município, mas as escolas
179 indígenas são estaduais, as crianças não devem se transportar para creche, devem
180 permanecer na aldeia. O município tem mobiliário, mas nas TI o ensino infantil é dever
181 do Estado e não dá para cobrar o município. Por isso temos que colocar no ofício deve
182 conter creche para manter o ensino infantil dentro do território, se adequando ao modo
183 de viver e educar indígena. O estado vai ter que achar um jeito de colocar a creche
184 dentro da terra indígena, não tem como as crianças saírem da TI. **Everton/Etnia**
185 **Guarani:** esses dados acha com precisão com o DSEI, sempre que há reivindicação
186 na educação geralmente comparam com a escola rural ou com escola convencional,
187 não tem sentido. Não há nem como ter comparação entre as aldeias pois a quantidade
188 de alunos varia, mas todas tem necessidade, a demanda tem que ser ampla e geral.
189 **Dulcineia/SETI:** para dados o ofício teria que ser feito em caráter emergencial, pois,
190 enquanto espera a criança cresce e se perde em relação as outras. Além disso, para
191 cada faixa etária é um atendimento diferente, o transporte pode colocar a criança em
192 risco por não ter os requisitos necessários. Pode-se construir escolas e a sala de aula

193 se for de madeira é feita em quinze dias, o profissional existe. Tendo esses números
194 podemos buscar mecanismos, precisa se atentar que um mês para quem precisa de
195 educação infantil é muito tempo, a necessidade de a criança ir para a escola é vital
196 para o seu desenvolvimento. Se propôs a ajudar no levantamento dos dados se
197 permitirem para que seja feito, reforça, em caráter emergencial. **Eloy/Etnia Guarani:**
198 precisamos saber algumas coisas nesse sentido de encaminhamento, o conselho tem
199 esse papel de conseguir, a doze e treze anos estão em atraso de políticas públicas, já
200 estão no segundo mandato do governo estadual não teve políticas públicas de atenção
201 as comunidades indígenas, agora o conselho tem que fazer as pautas andarem. Tem a
202 questão que o Miguel traz, mas tem a defasagem em territórios que não tem
203 demarcação e vem esbarrando em muitas coisas que parece que vai dificultando o
204 processo de levar a presença do Estado. Para eles é importante a presença da escola
205 dentro do território, as crianças precisam ter ensino diferenciado, precisam ter acesso a
206 essa política, pois tem o direito. Tiveram momento com a SEED e ficou mais ou menos
207 acordado de começarem o bilíngue, a escola tem o papel de fortalecer a presença
208 indígena. Gostaria de encaminhar o levantamento e a possibilidade das construções, o
209 que não pode é adiar por não estar no orçamento desse ano e as demais questões
210 burocráticas, o encontro dos caciques é importante para isso, para também cruzarem
211 as informações, pois vai fornecer acesso a levantamento pontuais, é um encontro que
212 movimenta os caciques para fazer esses levantamentos. As construções de escolas
213 em territórios que ainda não tem precisam ser feitas, no caso de seu território as
214 crianças estão estudando fora e isso é muito complicado, principalmente por serem
215 muito novos. **Everton/Etnia Kaingang:** cita que em São Paulo as terras que ainda não
216 estão demarcadas criaram um sistema de fazer uma estrutura de escola pré-montada
217 de madeira, é modelo, se não der certo de demarcar pode retirar a estrutura e utilizar
218 em outro lugar. Tem esse modelo em várias comunidades, também seria um caminho.
219 **Melissa/SEED:** se apresenta como integrante da equipe escolar indígena da SEED,
220 pontua o fato de a pauta ser extensa para a comissão e que gostaria de realizar
221 algumas ponderações, foram levantadas questões de várias etapas de execução e
222 estrutura o que demonstra a complexidade da questão, apesar de trabalhar no
223 departamento pedagógico reconhece que não tem como falar disso sem falar das
224 carteiras dos estudantes, do lugar em que estudam. Segundo a fala do Miguel sobre

225 expansão das escolas para E.M: está no plano estadual de educação previsto a
226 expansão dos anos finais e médio, que tem conseguido em algumas escolas, mas é
227 uma política que o encaminhamento é feito escola por escola, pois é preciso fazer uma
228 autorização pelo conselho estadual de educação, e aí entra estrutura, documentação,
229 um processo que leva cerca de cento e oitenta dias para acontecer com toda a
230 estrutura necessária, reforça que a análise é escola por escola, pois para inserir uma
231 nova etapa de escolarização é preciso ter essa autorização de funcionamento,
232 enquanto equipe a SEED apoia as escolas nesse processo fornecendo apoio para as
233 documentações. Geralmente o processo se esbarra na carência estrutural. Porém há
234 um bom diagnóstico, recentemente a SEED aprovou um projeto de reestruturação das
235 escolas indígenas, é um programa de curto, médio e longo prazo que está sendo
236 chamado de PREIN (programa de reestruturação das escolas indígenas). Em relação a
237 educação infantil essa é uma demanda mais complexa, pois a demanda trazida pelo
238 Angelo já chegou na SEED e está tramitando, as dificuldades são, por exemplo, a
239 educação escolar indígena, a última resolução de nº5 (dois mil e doze) fala com
240 cuidado da educação infantil, pois naquele momento havia um entendimento de que
241 não era uma etapa que a maioria das comunidades desejavam, mas hoje essa
242 demanda aparentemente mudou. A creche tem características, e é uma política nova
243 que precisa ser pensada, não é simples pensar isso, o levantamento é importante para
244 saber a demanda, pois exige uma estrutura muito específica e bem pensada. No
245 Estado não há nenhuma creche, quem atende é o município, seria uma política nova
246 que não há referência e precisa seguir os critérios para abrir turma nessa faixa etária.
247 Essas pautas são importantes para nortear o trabalho da câmara de educação, para
248 construir essa proposta e estruturar uma política. Para as crianças de três a cinco pode
249 ser usado o espaço escolar, mas para a faixa de zero a três precisa de uma estrutura
250 específica. **Sauri/FUNAI:** quando foi criada a estadualização, busca e aprovação da
251 educação escolar indígena foi bom demais, mas não estavam preparados, pois antes
252 as escolas indígenas era tudo municipalizado, a discussão não é de agora, quando
253 colocaram a educação na mão do estado eles aplaudiram, tiraram do município que
254 poderia ajudar a alinhar, está na hora de pensar as demandas, deve haver consulta
255 pública aos indígenas, pois a prática é diferente da pesquisa. O Estado não está
256 preparado para educação escolar indígena infantil, a qualidade caiu, tem uma lei que

257 obriga o município a aplicar, assim como o Estado, eles têm que repensar antes de
258 quinze de agosto alinhar as ideias, está na hora de voltar a aproximar as instituições
259 com a lei, não com questão político-partidária, para ter funcionários municipais,
260 aproximar o município das aldeias, pois o estado não está preparado ainda. A consulta
261 pública é importante para entender a demanda da comunidade. Também deve pensar
262 nas aldeias urbanas, e o município deve estar ciente, assim como o Estado e a União,
263 que eles têm história no Paraná. Espera que o governo da atualidade tenha o
264 conhecimento, procurar a lei para abater as dívidas do Estado, quando a UNICENTRO
265 foi para o Rio das Cobras foi convidado a fazer as provas para os primeiros
266 vestibulandos, aplaudiram, começou com sessenta alunos, mas não se formou
267 sessenta pois teve evasão, o recurso não foi pleiteado. Cada vestibulando que sai deve
268 pleitear outros cursos. No começo do ano conversou com a Melissa, para ter projeto de
269 língua nas famílias urbanizadas e conseguiram em Guarapuava, mas que tem que ter
270 em outras comunidades, tendo um aluno indígena o Estado deve atender a demanda,
271 sem pensar em números. Os caciques devem aproximar as instituições. O poder
272 público tem que entender a realidade, ouvir, para que aconteça a nível de Estado. É
273 importante o estado reconhecer as questões do conselho por lei. Os caciques precisam
274 pensar em colocar na responsabilidade do município a educação infantil, o transporte
275 que é terceirizado, os agentes também, e é limitado, que coloquem para trazer o
276 município para ser responsável pela educação infantil. É para pesquisar a dívida que o
277 Paraná tem com a União, e os procuradores devem saber. **Miguel/Etnia Kaingang:**
278 são os primeiros habitantes do estado brasileiro e tem que mendigar a educação, com
279 toda a dívida que o Estado tem os indígenas tem que mendigar uma sala de aula, e
280 muitas vezes ainda ouvem falar que a educação no Paraná é a melhor que tem, não vê
281 educação de qualidade dentro das terras indígenas, os agentes um e dois tem o pior
282 salário do Brasil e estão na educação, terão que fazer um movimento enorme para ver
283 ser o Estado construir as creches dentro das terras indígenas. Com relação as aldeias
284 urbanas, quando sai um grupo do território e vai para a cidade não está invadindo terra,
285 o não-indígena que tem que se acostumar com a presença da população indígena na
286 cidade, ele não está invadindo e sim ocupando espaço que são deles - as autoridades
287 estaduais precisam se acostumar com isso. Tiveram uma reunião em dois mil e doze e
288 falaram da presença indígena na capital, não poderiam vender artesanato e dormir na

289 rodoviária, não se veem indígenas dormindo na calçada em cima de papelão, se vê
290 muitas pessoas dormindo, mas nunca é um indígena, quando é um indígena a crítica é
291 muito pior. O município tem a obrigação e dever com a população indígena onde tem
292 território, fica triste quando falam em educação e tem que protocolar documento e
293 muitas vezes entrar com ação judicial para conseguir um espaço deles, pede licença
294 pois terá que se ausentar. **Felipe/SEMIPI:** pede duas questões de ordem: verificação
295 de quórum e deliberação para plenária indicar novo presidente da reunião. **Secretária**
296 **Executiva/Taise:** encaminha verificação de quórum, refaz a chamada e consta que
297 ainda se mantêm com oito da sociedade civil e onze gov. Propõe questão de ordem
298 para encerrar as falas e dar encaminhamento. **Everton/Etnia Guarani:** crê que a
299 reivindicação é que ainda não tem ensino médio dentro das comunidades. As
300 secretarias precisam saber a importância da permanência dos alunos dentro do
301 território, sempre tiveram dentro do seu território até a 5° (quinta) série, vê que o
302 desinteresse da cultura pelos mais jovens é consequência disso, na pandemia
303 conseguiu abertura de aula do 6° ao 9° (sexto ao nono) mas falta estrutura física, para
304 brigar pelo ensino médio precisa de estrutura. Essa é a realidade, e a pauta que tem
305 que ser reforçada pela SEED pois é um direito a permanência dos alunos dentro da
306 terra indígena, para só sair para a universidade, tem acompanhamento do professor
307 bilíngue, mas que a facilidade de os alunos aprenderem o vício de álcool e drogas fora
308 do território é maior, se permanecerem dentro da comunidade esses problemas são
309 muito menores. Quando os alunos do 9° (nono) ano saem da escola são elogiados pela
310 educação e respeito, mas que isso se perde com a adaptação que eles adquirem lá
311 fora, sua comunidade perdeu muito com isso, precisam urgentemente do ensino médio
312 dentro das escolas. **Schirle/IAT:** sugere que em julho, a comissão de educação possa
313 receber das lideranças as sugestões que estão sendo colocadas para que se traga
314 para julho algo bem formatado. **Secretária Executiva/Taise:** encaminhamentos para
315 julho um plano de trabalho da comissão iniciado a partir do levantamento e diagnóstico
316 da rede das lideranças, e que queria entender o que precisa sair da secretaria
317 executiva de ofício, questiona a divisão de responsabilidade dentro do município e do
318 Estado, se o ofício vai para os municípios ou SEED, ou se espera a demanda das
319 aldeias para após a solicitação. **Silvana/SEED:** explica que a faixa etária da educação
320 infantil (zero a três anos) quem tem os dados é a saúde indígena, o levantamento tem

321 que sair da comunidade, eles têm os dados oficiais de educação infantil, anos iniciais e
322 médios, o levantamento deverá vir da comunidade. **Secretária Executiva/Taise:**
323 menciona Everton que está como coordenador da comissão para trazer esses dados
324 das crianças de zero a três anos até julho, e que o ofício pelo conselho para a parte
325 dos dados da saúde indígena ela providência, bem como o ofício para a SEED
326 solicitando em caráter emergencial os dados. **Angelo/Etnia Kaingang:** menciona a
327 demanda de capacitação nas terras indígenas e de concurso público específico, há
328 muitas demandas, tem coisas em sua comunidade que em outras não tem, esse
329 conselho é para avançarem juntos, não se pode deixar uma comunidade para trás, os
330 caciques precisam ficar batendo o pé para conseguir as coisas e os que não tem
331 condição de fazer isso não conseguem melhorias para sua comunidade, por isso a
332 importância de parcerias com as universidades por região para capacitação sem
333 precisar levar todos a Curitiba. **Secretária Executiva/Taise:** questiona novamente o
334 que precisa sair do conselho para **encaminhamentos:** ofício para a SEED solicitando
335 levantamento de dados geral da educação das escolas indígenas e SESAI
336 levantamento de dados de crianças, e levantamento das lideranças junto com as
337 comunidades sobre as crianças de zero a três anos. **Eloy/Etnia Guarani:** solicita que
338 seja falado sobre construção, reforma e ampliação e se a SEED tem comunidade que
339 está atuando no sentido dessas demandas. **Luciana/FUNAI:** cita para bater os dados
340 da SESAI com a SEED, pois nem toda criança que ta na idade de estar na escola está
341 matriculado. **Josi/SEEC:** pede para a Melissa compartilhar com todos o PREIN e as
342 políticas e projetos voltados a educação indígena. Pausa para o almoço as 11:59 com
343 retorno as previsto para 13:30.
344 Reunião parte da tarde: Devido à ausência do presidente e vice-presidente o conselho
345 elege um membro para conduzir os trabalhos, nesse caso o escolhido foi o Eloy.
346 **Claudir/SUDIS/CC:** voltando na pauta da educação, pedido de inserir o EJA para os
347 povos indígenas, encaminhamento via protocolo. **Célio/Etnia Guarani:** comenta sobre
348 a EJA, sendo que no litoral existem sete aldeias, algumas com escola, mas existem
349 lugares que não existe o ensino médio e EJA, por isso ano passado correram o risco de
350 perderam as escolas. Frisa a importância de creche, independente da etnia, as mães
351 indígenas necessitam desse serviço dentro das aldeias visto que as mães que não
352 trabalham fora produzem dentro da aldeia. **Izaías/Etnia Guarani:** dificilmente temos

353 acesso aos estudos, com dificuldades impostas pelos municípios, sendo que as aldeias
354 têm as suas diversidades, sobre área rural e mobilização, para tanto cabe reforçar que
355 os municípios de Guaíra e Terra Roxa tenham entendimento dessas dificuldades e
356 transporte ao acesso na educação. O município negligência o fornecimento a educação
357 e estrutura básica, como manutenção das estradas para o transporte escolar.
358 **Everton/Etnia Kaingang:** para os alunos indígenas em alguns locais fornecem
359 transporte para ir as aulas, dá o exemplo de Ivaí, porém isso foi acertado internamente
360 com a prefeitura, a exemplo do município de Manoel Ribas, já em outras aldeias de
361 outras cidades isso não acontece. No caso dos universitários alguns precisam usar o
362 dinheiro da bolsa para fazer acerto de transporte. **Janete/UNIOESTE:** as bolsas para
363 os alunos não comportam o pagamento do transporte, isso prejudica o acesso a
364 universidade e os fazem desistir até de fazer o vestibular. Diz que marcou uma reunião
365 com o prefeito de Guaíra e ele foi completamente intransigente, disse que não pode
366 fornecer o transporte e afirmou já tem oito processos do MP e que mais um não faria
367 diferença. Em Terra Roxa os alunos lotam ônibus para ir às escolas, porém nas aldeias
368 indígenas não temos escolas nem transporte. A conversa com o prefeito de Terra Roxa
369 é mais fácil o de Guaíra já dificulta. **Sauri/FUNAI:** se reuniu com o prefeito de Guaíra,
370 porém ele não atendeu a demanda, ressaltando que nas questões municipais é
371 importante estar alinhado com os caciques e os municípios. As demandas da Funai
372 estão mais focadas no direito à Terra para depois buscar os alinhamentos necessários
373 para sanar os demais problemas. A educação infantil, fundamental e médio tem
374 dificuldades em transporte, sendo que existem recursos para a pasta, porém isso não
375 acontece como deveria acontecer. Nova Laranjeiras precisa de um ônibus permanente
376 pois as aldeias indígenas estão desassistidas no amparo. **Ângelo/Etnia Kaingang:** se
377 o governo construir escolas será um ganho para o governo, visto que a mão de obra
378 fica no estado após a sua formação. Nos municípios escolas fecham, mas dentro da
379 aldeia sempre vai ter demanda nunca vai fechar. E hoje falta estrutura: biblioteca,
380 laboratório, internet, o que não colabora com os novos equipamentos que chegam nas
381 escolas. **Eloy/Etnia Guarani:** pede encaminhamentos para que se possa discutir as
382 outras pautas. Existem duas situações, o que é de direito é direito, acostumando o
383 estado nessa relação, nós como conselheiros podemos avançar com as nossas
384 demandas. O papel do governo do estado precisa pensar na manutenção das vias

385 rurais e se antecipar as demandas. **Angelo/Etnia Kaingang:** comenta sobre solicitar
386 uma cadeira indígena nos núcleos de educação que tem aldeias por perto, pois hoje
387 temos indígenas capacitados para isso. **Melissa/SEED:** explica que o EJA é conforme
388 as demandas das escolas, em relação ao Novo Ensino Médio, os núcleos regionais
389 estão em andamento com a pauta para regularizar o EJA dentro das aldeias, mas a
390 demanda precisa ser formalizada escola por escola, a escola demanda autorização do
391 funcionamento de EJA: apresentando o número de alunos que tem, uma carta da
392 comunidade, o diretor encaminha via protocolo até chegar no núcleo regional e após
393 passa pelo conselho de educação para aprovação, validação e autorização. As escolas
394 indígenas devem fazer a solicitação visto que as comunidades devem se organizar, e o
395 processo dura cento e oitenta dias devido ao trâmite burocrático. A liderança pode
396 entregar a carta para diretora das escolas, e a escola encaminha ao núcleo de
397 educação. Para cada etapa de escolarização é um estudo para quais os alunos serão
398 beneficiados, e os núcleos regionais estão habilitados para fazer essa adaptação.
399 **Secretária Executiva/Taise:** fala para os caciques para que seja organizado isso
400 dentro da comunidade e que caso necessário pode pedir apoio técnico a COPCT.
401 **Josi/SEEC:** especifica que as comunidades indígenas têm outra configuração pois as
402 salas de aula para indígenas têm outras especificidades. E precisa ser tratado com o
403 núcleo escolar indígena dentro da SEED pois se um indígena precisar ter o ensino, não
404 pode ser o mesmo parâmetro do não indígena. **Miriam/SEAB:** a educação escolar
405 indígena deve ser pauta no conselho de educação com a presença dos caciques,
406 esclarecendo as demandas, pois as questões burocráticas são complexas.
407 **Silberto/SEDEF:** para abrir uma turma a mais é bem complexo pois as solicitações
408 devem ser justificadas conforme as especificidades de cada local, etnia etc. **Secretária**
409 **Executiva/Taise:** propõe solicitação de pauta no conselho de educação.
410 **Dulcineia/SETI:** sugere encaminhamento inicial referente ao panorama que será feito
411 pelos caciques o melhor caminho, a solicitação do panorama inicial. **Schirle/IAT:** seria
412 importante tratar de convidar o MP e os demais convidados do CEPI para todas as
413 reuniões devido às demandas que versam com as pautas similares aos trabalhos que
414 eles realizam em suas pastas. É crucial para apoio técnico. **Dulcineia/SETI:** se
415 possível que as entidades convidadas enviem sempre os mesmos membros para que
416 eles estejam conectados com as pautas. **Secretária Executiva/Taise:** confirma se é

417 para convidar todos que estão na lista, o conselho tem acordo. **Encaminhamentos:**
418 ofício para manutenção as estradas das aldeias em Guaíra, levantamento de dados
419 para abertura de EJA nas TI, convidar órgãos para todas as reuniões. **Pauta: 10.**
420 Destinação de imóvel para abrigar indígenas da Terra Indígena Tekoha Guasu
421 Guavirá/PR – 15.885.448-1/FUNAI/2019; **Izaias/Etnia Guarani:** introduz a pauta, é
422 uma demanda que pedem a reparação para a ITAIPU oficiada judicialmente em relação
423 às comunidades indígenas, em uma reunião pré-agendada os representantes não
424 compareceram e a situação não é fácil na região, visto que possam fazer a reparação
425 em duas etapas, porém a primeira neste ano e a segunda no próximo ano. Com
426 observância na terra das comunidades tradicionais e assegurando os direitos dos
427 povos indígenas, visto que a área está degrada e os trabalhos estão parados. Solicita
428 protocolo a ser encaminhado pelo conselho em conjunto com uma carta escrita pela
429 comunidade com urgência. **Secretária Executiva/Taise:** fala sobre o protocolo
430 relacionado que pode ser colocado em discussão e lê a carta escrita pela comunidade
431 a pedido do Izaiás. O conteúdo transparece a situação das comunidades Ava Guarani
432 do oeste do Paraná, com o pedido de reparação da dívida histórica que a usina
433 hidrelétrica tem devido ao alagamento do território indígena. São mais de cinquenta
434 anos de violência, sem indenização alguma ao povo originário. Estão fazendo
435 mediação judicial na Ação Civil Originária de número 3555 para tentar chegar a uma
436 solução de compra de terras particulares pela Itaipu a ser transferidas para união à
437 usufruto exclusivo dos Ava Guarani das terras de Guasu Guavirá e Tekoha Ocoy
438 Jakutinga. A carta exige respeito na negociação, que as reivindicações das
439 comunidades sejam consideradas e que sejam compradas terras em quantidade
440 suficiente para dar dignidade às aldeias da região e das comunidades apontadas.
441 Relata a situação precária da comunidade: não há acesso a água, energia, escola e
442 saúde. Afirmam “não vamos nos contentar com migalhas”. **Izaias/Etnia Guarani:**
443 reforça o pedido ao conselho, fala que entende como é difícil unir a todos e precisam
444 usar essa oportunidade para se dar apoio. **Eloy/Etnia Guarani:** pede encaminhamento
445 para solicitação do conselho em conjunto com a carta e dá o adendo de que seja
446 convocado/provocado o Gestor de Programa de Sustentabilidade indígena da Itaipu,
447 para tratar as questões de indenização e reparação. **Secretária Executiva/Taise:**
448 confirma os **encaminhamentos:** protocolar o pedido na Itaipu e que seja

449 convocado/provocado o Gestor de Programa de Sustentabilidade indígena da Itaipu,
450 para tratar as questões de indenização e reparação. Em seguida dá um resumo do
451 protocolo enviado pela FUNAI em dois mil e dezenove solicitando destinação de terras
452 do estado para Guasu Guavirá e diversas aldeias dentro do território. Na época foi
453 passado para o ITCG e eles se absteram da responsabilidade e foi para SEJU onde
454 travou, quando surgiu a SEMIPI ficou sob responsabilidade desta Secretaria. Pede o
455 parecer da plenária sobre como prosseguir. **Schirle/IAT:** sugere encaminhar ao jurídico
456 para análise afim de que seja avaliado se ainda é válido. **Izaias/Etnia Guarani:** diz que
457 o protocolo e o tema debatido fazem parte das mesmas reivindicações, mas que
458 independentemente de como for resolvido deve ser colocado um prazo para ser
459 atendido sob pena de multa. **Secretária Executiva/Taise:** após deliberação chega à
460 conclusão de que a possibilidade é responder que a questão está sendo resolvida por
461 outro caminho, mas que só tem como garantir se for avaliado pela comissão técnica.
462 Com deliberação do conselho é **encaminhado:** que a próxima reunião será feita em
463 foz convocando a Itaipu para dar atualizações sobre a questão ao conselho e
464 pressionar pelo avanço das medidas. **Sauri/FUNAI:** comenta que o Paulo Porto da
465 Itaipu tem vontade em resolver as questões, porém devido as questões de politicagem
466 não permite avançarem com essas pautas. **Claudir/SUDIS/CC:** em conversa com
467 Paulo Porto ele disse que tem vontade em resolver e até comentou que a hora é agora,
468 visto do campo político. **Janete/UNIOESTE:** no sentido da reunião disponibiliza a
469 instalação da Unioeste para que o Conselho possa se organizar antes da reunião com
470 a Itaipu. **Miriam/SEAB:** diz que deve ser enviado um ofício para a Itaipu para saber o
471 posicionamento da instituição afim de preparar o conselho antes da reunião.
472 **Secretária Executiva/Taise:** sugere questão de ordem: debater a pauta 12 (doze)
473 antes da 11 (onze) pois tem relação com o que acabou de ser discutido, o conselho
474 acata. **Pauta 12:** Conflito fundiário – Comunidades Indígenas em Guaíra/PR –
475 Fornecimento de água potável. – 21.811.918-2/Fornecimento de água SANEPAR.
476 **Secretária Executiva/Taise:** faz a leitura do ofício envolvido na pauta, conflitos,
477 necessidade de escola e falta de água potável. Foram solicitadas as seguintes
478 diligências: fornecimento de água potável suficiente para atender as demandas das
479 comunidades, caixa d'água de vinte mil litros em cada uma delas, cadastramento de
480 todos os integrantes no CADÚnico para fornecimento regular de cestas básicas,

481 encaminhamento de ofício a SEED para providência de transporte escolar, entrega de
482 vinte e cinco kits moradia para comunidade e ofício da SESAI para prestar assistência
483 à saúde dos habitantes das aldeias. Destaca a questão do fornecimento da água
484 devido ao caráter de urgência, conversou com Reginaldo da SANEPAR e ele irá entrar
485 por chamada para explicar melhor. **Ana:** advogada e assessora da Comissão Guarani
486 Yvyrupa, relata que tem acompanhado o processo de reparação junto à Itaipu, fazendo
487 a mediação com os órgãos federais e a Itaipu, pedindo que a empresa adquira terras
488 na região para repassar aos indígenas buscando uma reparação, trazendo essa
489 discussão ao conselho e podendo humanizar essa luta com mais membros do governo
490 e da sociedade civil. **Izaias/Etnia Guarani:** o município e o responsável da Sanepar
491 não estão respondendo as demandas das comunidades, não levam água nem por
492 caminhão pipa para uma caixa d'água comprada pelos próprios indígenas, o cadastro
493 bolsa família não está sendo aprovado devido às dificuldades burocráticas.
494 **Reginaldo/SANEPAR:** a Sanepar tem como prerrogativa o serviço de saneamento
495 junto ao município, com a concessão, ou seja, quem fornece o direito da realização de
496 atividades é o município. As áreas rurais não fazem parte da concessão, qualquer ação
497 na área rural e indígena o município deve se manifestar favoravelmente as ações da
498 empresa. Em Guaíra e Terra Roxa o processo vem sendo dificultado a dois anos já, as
499 prefeituras se recusam a autorizar, logo, a empresa fica de mãos atadas em uma
500 situação de instrução própria, podendo apenas tomar ações emergenciais, nada
501 definitivo, os municípios chegaram a se justificar dizendo que há uma situação
502 específica de litígio acontecendo nas áreas, afirma que seria importante que o conselho
503 pense em soluções efetivas junto com a Sanepar para sanar esses problemas. Em
504 Guaíra eles têm perspectiva para atender todas as comunidades, mas não tem retorno
505 do município. Relata que já envolveram o MPF, MPPR e outros órgãos mas que
506 infelizmente a questão já está na esfera federal. Para ter a ordenação da secretaria do
507 estado e a SEDEF iria até um certo ponto pois o acesso à água estaria mais ligado ao
508 município, o conflito dos municípios de Guaíra e Terra Roxa com a questão agrária é
509 antigo. Uma ideia seria envolver a Itaipu junto com as comunidades indígenas para
510 uma futura aquisição das áreas para reparação dos povos originários, essa seria uma
511 das alternativas, havendo esse movimento tentar pacificar essa questão e então a
512 Sanepar poderia estar fazendo a parte social que compete a empresa de saneamento

513 básico e acesso à água, e se possível envolver a Copel para que possa colaborar visto
514 que os equipamentos necessitam de energia elétrica para perfurar poços. Só o que é
515 necessário é conseguir a anuência do Estado. **Felipe/SEMIPI:** fala com Reginaldo
516 explicando que a questão é um caso flagrante de Racismo Ambiental e levanta a
517 possibilidade de envolver MP para que possamos dar encaminhamento.
518 **Reginaldo/SANEPAR:** diz que não sabe se cabe uma ação com esse cunho visto que
519 Racismo é crime, porém cabe juntada de provas robustas sob risco de indenização por
520 danos morais, no que se diz respeito ao tema a análise dele é que o conflito agrário é o
521 mote dos problemas regionais, assim sendo resolvido todas as outras questões sociais
522 poderão ser sanadas, e que é importante haver uma conciliação neste momento.
523 **Eloy/Etnia Guarani:** pergunta qual seria a melhor opção para respondermos esse
524 protocolo diante de tantas demandas, quem além do prefeito poderia fornecer essa
525 autorização para que fosse feito o procedimento e se há o recurso e como acessá-lo
526 para a garantia do direito essencial. **Secretária Executiva/Taise:** solicita que o
527 Reginaldo receba encaminhamento e responda o protocolo com esse parecer
528 registrando as dificuldades. **Reginaldo/SANEPAR:** pede que envie o protocolo ao
529 presidente da Sanepar já que ele ainda não é oficialmente o servidor responsável
530 dentro do CEPI. Reforça que a Sanepar não é a responsável pela concessão do
531 saneamento, ela é responsável por receber a concessão do município que são os
532 responsáveis oficiais pelo saneamento, alguns delegam para a empresa estatal,
533 quando os municípios não delegam para a Sanepar eles criam empresas, em relação
534 ao município de Guaíra e Terra Roxa cabem aos gestores municipais ordenarem essa
535 questão. Existem também órgãos não governamentais que colaboram com recursos
536 para aplicar em demandas de aldeias indígenas à exemplo da Fensa e da Rotary
537 (coca-cola), de maneira indireta com o auxílio da Sanepar, ambas as empresas estão
538 incitando uma parceria com a Sanepar para obtenção de recursos, talvez haja
539 possibilidade de fazer por meio dessas ONG's, mas ainda vai demorar algum tempo
540 para conseguir esquematizar os projetos. Nesses casos específicos de atendimento
541 emergencial é importante envolver o MP devido a sua legitimidade, o seu trabalho
542 direto com as comunidades tradicionais, requisitando para o município e a Sanepar o
543 atendimento emergencial humanitário, consultando os promotores com cautela para
544 mediar com o chefe do executivo para que não haja lacunas. De maneira indireta ainda

545 pode demorar um pouco mais, com efetividade pode usar o MP que parece ser o
546 caminho mais rápido e a partir disso fazer as medidas mais emergenciais.
547 **Claudir/SUDIS/CC:** pergunta ao Reginaldo qual é a possibilidade de a Sanepar levar
548 água para a caixa d'água na comunidade de maneira semanal para encher a caixa
549 d'água que eles têm, se seria possível fazer isso até a situação mudar.
550 **Reginaldo/SANEPAR:** os caminhões particulares que a Sanepar tem prestam serviço
551 para todas as comunidades no entorno dos municípios envolvidos, porém, a Sanepar
552 não pode fazer serviço gratuitos devido às leis que permeiam as agências de
553 abastecimento, nas realizações deste tipo de serviço são feitos acordos com os
554 municípios, ele indica que a SESAI cumpre esse papel as vezes e pode ser um
555 parceiro de intermediação via estatal, outra maneira poderia ser via serviços
556 particulares com a compra de água via conselho ou outra fonte de renda, assim a
557 Sanepar poderia atender essa demanda, visto que a estatal terceiriza esse tipo de
558 serviço com caminhões o que leva a restrições que são fiscalizados pelo Tribunal de
559 Contas, pelo caminhão próprio da empresa a Sanepar poderia atender via aquisição do
560 serviço. **Izaias/Etnia Guarani:** fala sobre a dificuldade do acesso à água, e que a
561 SESAI paga para a Sanepar, o pedido saiu para todas as aldeias da região e que não
562 teve o atendimento devido. **Reginaldo/SANEPAR:** responde que o atendimento às
563 comunidades tradicionais é prioridade, porém não tem como responder o porquê que o
564 caminhão não atendeu, mas relatou que os caminhões podem estar sobrecarregados e
565 atendendo outra região, por isso, não conseguiriam atender outras localidades, outra
566 questão é a falta de água com frequência na região. Se colocou à disposição para fazer
567 com que as demandas sejam atendidas **Secretária Executiva/Taise:** solicita que
568 passem aos encaminhamentos referentes ao protocolo DPU. **Reginaldo/SANEPAR:**
569 orienta que deva ser feito uma consulta junto a SESAI em relação a conta junto com a
570 SANEPAR e os motivos que não estão sendo atendidos. **Izaias/Etnia Guarani:** diz que
571 passam dificuldade pois o caminhão não é da SANEPAR é do Estado, e informa que a
572 SESAI não paga adiantado. **Reginaldo/SANEPAR:** a responsabilidade é de quem tem
573 o caminhão, possivelmente o município está disponibilizando os seus caminhões e isso
574 fica bom para que a SESAI faça o pedido e o caminhão do município faça a entrega
575 conforme a solicitação. Orienta que é importante a SANEPAR ser provocada
576 formalmente a participar das reuniões do conselho para colaborar com as demandas.

577 **Encaminhamentos:** ofício para o MP acionando o município e a SANEPAR, ofício
578 para SESAI para solicitação e financiamento. **Felipe/SEMIPI:** pede questão de ordem
579 para que seja discutido primeiro a 13ª pauta pois já há um edital vigente que trata do
580 assunto. **Pauta:** 13. Solicitação de Ampliação da Participação de Mulheres no
581 Conselho Estadual dos Povos Indígenas – 22.088.005-2/CEDM. **Secretária**
582 **Executiva/Taise:** lê o ofício que pede a participação das mulheres indígenas na
583 composição do CEPI, provocado pelas mulheres indígenas junto ao Conselho da
584 Mulher da SEMIPI. Pedem promoção e garantia da maior participação com medidas
585 concretas, vagas, conscientização e promoção de mulheres indígenas em todas as
586 instâncias do conselho. **Schirle/IAT:** fala da importância das mulheres indígenas
587 também nas câmaras técnicas, pois temos muitas capacitadas de diversas áreas que
588 podem ser convidadas. **Felipe/SEMIPI:** o edital em aberto contém especificidades que
589 favorecem organizações de mulheres sejam elas de organização formal ou informal.
590 **Secretária Executiva/Taise:** explica que os critérios do edital em relação às questões
591 de pontuação, e explica que a sociedade deve ler o edital e organizar as instituições
592 para que possam concorrer. **Miriam/IDR:** Sugere solicitar uma vaga específica para
593 mulheres indígenas no Conselho Estadual do Direito das Mulheres.
594 **Encaminhamentos:** edital já em trâmite; convites para mulheres indígenas de
595 assessoria nas câmaras técnicas, inclusive a câmara técnica de enfrentamento a
596 violência contra mulher; priorizar esse incentivo nas eleições da próxima gestão;
597 solicitar aos órgãos convidados que se, caso tenham mulheres indígenas em seu corpo
598 técnico, as mandem como representantes; encaminhar ofício provocando para vaga de
599 mulher indígena no conselho das mulheres e demais conselhos. **Eloy/Etnia Guarani:**
600 fala sobre a questão da reunião com Paulo Porto visto que o Felipe relatou em reunião
601 que iria ter uma reunião juntamente com o Mauro e a Itaipu, para organizar a pauta já
602 falada anteriormente na reunião. Reforça o encaminhamento da reunião
603 descentralizada no Itaipu. **Secretária Executiva/Taise:** diz que vai encaminhar com o
604 presidente para ver a possibilidade da realização da próxima reunião em Foz do
605 Iguaçu, lembra os conselheiros para entregarem os documentos das prestações de
606 contas das viagens e a reunião é encerrada. Esta Ata foi redigida durante a reunião
607 pela servidora Hayanne Iovanovitch, revisada por Ge Figueiredo (est.) e pela Secretária
608 Executiva em exercício Taise Alessandra Passos.



77

609

610

78
79
80

Publicado no DIOE nº 11712 de 30/07/2024
Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº - 2º Andar, Ala A, Centro Cívico | 80530-915 | Curitiba-Paraná
cepi@semipi.pr.gov.br | (41) 4009-3626 | www.cepi.pr.gov.br